

A PULSÃO PLEBEIA: TRABALHO, PRECARIIDADE E REBELIÕES SOCIAIS¹.

Igor Peres*

Michael Löwy, quem assina a contracapa de *A Pulsão Plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais* (2015), mais novo livro de Ruy Braga, brinda o leitor com uma chave preciosa de leitura para o conjunto de ensaios ali reunidos. Tratam-se de “crônicas gramscianas”, diz Löwy. É certo. O livro, de leitura agradável e fluída, parte na maioria dos casos de fatos cotidianos que são escolhidos e comentados segundo sua representatividade política: rebeliões em canteiros de obras, manifestações de jovens que vivem na periferia das grandes cidades, massacre perpetrado contra os setores mais vulnerabilizados da sociedade sul-africana, movimentações de massa na Argentina, e assim por diante. Neste sentido, há que se advertir o leitor que se bem o livro em questão se nutra fortemente dos eventos ocorridos no Brasil, reivindica uma perspectiva deliberadamente global. Das linhas que o compõem, surgem considerações sobre o futuro dos países mais afetados pela “Troika”, os destinos da União Europeia, apostas sobre as condições de possibilidade de um novo internacionalismo, dentre outros. Crônicas, foi dito. Crônicas globais, dizemos nós; e como em toda boa crônica, o leitor atento poderá distinguir traços que, sem destoar dos elementos de superfície, com eles convivem e a eles conferem sentido e forma.

O livro se arma concretamente a partir de três linhas de força. Uma objetiva, e outras duas subjetivas. A linha objetiva corresponde à reconfiguração dos regimes de trabalho à escala global, que respondem ao que Braga chama de “modo de acumulação” pós-fordista. A contraparte subjetiva, por sua vez, fica por conta das transformações nas formas de construção da subjetividade subalterna, tanto do ponto de vista de sua expressão representativa, isto é, de seus dirigentes, quanto do ponto de vista do que se costumou chamar de “bases”. Com relação aos efeitos produzidos pelo mencionado “modo de acumulação” contemporâneo, Braga aposta na categoria de precariado, diferenciando-a, contudo, dos usos que dela fazem autores como o sociólogo inglês Guy Standing. Para este, em vez de configurar-se como uma parte da classe trabalhadora, isto é, uma mutação interna de sua constituição intrinsecamente desigual, o precariado conformaria uma “nova classe” de pleno direito (p. 25). Para Braga, ao contrário, o precariado, ou o “proletariado precarizado”, seria parte integrante da classe trabalhadora, conformando-se a partir de traços distintivos tais como a baixa qualificação, a alta rotatividade e a sujeição aos altos índices de acidentes de trabalho; a dito espaço social teriam de ser somadas ainda largas parcelas de jovens trabalhadores à procura de seu primeiro emprego (p. 92). Qual a face subjetiva deste arranjo de base? Aqui creio que entramos na parte mais estimulante do livro que ora se resenha. Assume-se como pressuposto de base a ideia de que a subjetividade popular é sempre plástica e maleável, o que implica ao menos duas consequências. A primeira delas, é que não é possível deduzi-la de estrutura fixa alguma, quer seja material ou simbólica. A segunda,

¹ BRAGA, Rui. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

* Doutorando em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

consequência da primeira, é que por ser irreduzível às estruturas e, portanto, maleável, a subjetividade popular ou plebeia, tal como é concebida pelo livro, é convertível, isto é, *politizável*.

O autor faz questão de lembrar que aqui a referência maior é Gramsci, e suas intuições sobre a dialética entre o “senso comum” e o “bom senso” (p. 10). É justamente por assumir um ponto de vista *construtivista* sobre a subjetividade popular, que o autor pode captar também suas metamorfoses “transformistas”, isto é, pode apreendê-las em suas feições passivizadoras. Dois exemplos aqui serão o bastante. No que tange à elite sindical, que o autor arroga à “hegemonia lulista”, dita metamorfose teria sido viabilizada basicamente pela incorporação da referida camada de representantes das classes populares a cargos de poder e assessoria, somados à gestão de caudalosos fundos de pensão (p. 93). Mas não só. O autor também detecta, naquilo que chama de um novo “padrão de consumo pós-fordista”, um poderoso condimento passivizador. A tese defendida neste caso é a seguinte: por não se amparar em ganhos reais de produtividade, dados os contornos e o sentido da estrutura produtiva brasileira serem fundamentalmente balizados pelo atraso objetivo e o despotismo laboral que o efetiva, dito padrão só pode efetivar-se através do estímulo creditício ao consumo, produtor de uma *subjetividade financeirizada* moldada pelos tempos da dívida (p. 79). *Homo debitus*.

Braga soma à coletânea de textos em questão o resultado condensado de pesquisas anteriores sobre as dinâmicas políticas sul-africanas pós-apartheid. Nos dois textos dedicados àquele país, reunidos em *A Pulsão Plebeia*, somos surpreendidos pela familiaridade temática, construída por sua narrativa, com relação ao Brasil. Em especial, pela combinação entre uma desigualdade social alarmante e crescente e dinâmicas concretas de fusão entre dirigentes outrora combativos e o aparelho político do estado consolidado depois do regime de exceção. Somos apresentados à incorporação de importantes organizações sociais (a chamada “Aliança Tripartite” entre SACP, Cosatu e ANC) ao *business* estatal, ao mesmo tempo em que, na parte de baixo, assistimos à ascensão de uma parcela negra da sociedade a altos escalões do empresariado - os chamados “*black diamonds*” - que se desprende, por assim dizer, de uma ampla maioria que permanece em condições desumanas de vida (pp. 70-71). Encontros similares entre ritmos de acumulação e produção subjetiva são relatados a partir de pesquisas feitas em Portugal. Em um contexto de “políticas de austeridade” e consequente mitigação das políticas oriundas do “estado de bem-estar”, Braga busca narrar as possibilidades anti-hegemônicas construídas num espaço tênue entre repertórios de mobilização mais tradicionais e criatividades oposicionistas, produzidas, majoritariamente, pelos jovens precários (p. 42). As crônicas curtas, lidas como argumentamos através dos vértices objetivo e subjetivo acima esboçados, concorrem para a interpretação que propõe o autor das manifestações de junho de 2013 e que ocupam praticamente um quarto do livro (veja-se a parte III, pp. 107-161). Creio que há a respeito dois pontos que merecem destaque. O primeiro deles refere-se ao debate sobre a chamada “nova classe média”. Apoiando-se em pesquisas recentes de estratificação social e reinterpretando os dados oficiais sobre o mercado de trabalho, o livro insiste na tese de que o que se tende a classificar sociologicamente como sendo a classe média, é composta, na verdade, por uma grande massa de indivíduos majoritariamente jovens, mal remunerados, inseridos em ocupações precárias com alta rotatividade de trabalho e cujo número de acidentes têm crescido em ritmos preocupantes. Ora, o que sustenta Braga é que em sua maioria são essas pessoas que vão às ruas em ditas manifestações, o que, automaticamente, nos leva ao segundo ponto. Se somarmos dita interpretação à impronta construtivista com a qual vai a campo em suas pesquisas sobre as classes subalternas, fica fácil entender

porque a interpretação do autor acerca de junho de 2013 destoa neste sentido daquelas que vêm na classe média uma classe intrinsecamente conservadora e facilmente manipulável do ponto de vista político. Braga vê nas mobilizações fortes acentos comunitários, onde aqueles que têm sido historicamente privados de uma vida digna nas grandes cidades, cada vez mais dominadas pelos imperativos do capital financeiro, reivindicam a “ampliação e efetivação de seus direitos” mais básicos (p. 121). O deslocamento da mirada só pode ser feito porque, no fundo, a perspectiva que informa o olhar sobre a produção subjetiva é *anti-instrumental*. Arriscaríamos mesmo dizer, para finalizar, que ela é *afetiva*. Se não, como explicar que três das quatro partes do livro estejam divididas entre a “impaciência”, a “inquietação” e a indignação”? E o que dizer do próprio título do livro, cujo qualificativo “plebeia” predica a palavra “pulsão”? Formas de sugerir que, ao contrário do que sustentou ampla parcela do pensamento político ocidental, há algo de irredutível e iminente político na ordem dos afetos e das paixões. Não é certo – como, aliás, não deixou de assinalar Freud – que as pulsões tenham um mesmo e único destino. A violência, o caos, o autoritarismo. Neutralizar a potencialidade política dos afetos e paixões e sua incidência política pode representar uma derrota de antemão para o campo popular neste funesto cenário internacional que ora se desenha. O que Ruy Braga sugere neste livro é que, ao invés de temê-las, mais produtivo seria imaginar como politizá-las.

Recebida em 23 de abril de 2017

Aceita em 10 de junho de 2017